

# **Banco Société Générale Brasil S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas do  
conglomerado prudencial para os exercícios findos em  
31 de dezembro de 2020 e de 2019**

## **Relatório da Administração**

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020 atingiu o valor de R\$ 1,5 bilhão (R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2019) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 35,55% (41,32% em 31 de dezembro de 2019) – Índice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 91,5 milhões no exercício de 2020 (lucro de 110,6 milhões no primeiro semestre de 2019).

### **COVID 19**

O banco avalia que esse exercício foi marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID 19, que atingiu a economia com consequências a qual não houve impacto significativo no banco. Em meados da segunda quinzena do mês de março, o banco iniciou seu plano de contingência e a totalidade de seus funcionários iniciaram o tele trabalho por conta da pandemia. O banco permanece com o trabalho remoto para a maioria de seus funcionários sem impactos nas atividades diárias e perfeita continuidade de seus negócios e atividades operacionais e regulatórias.

O banco não foi afetado financeiramente de forma significativa pelos impactos da COVID 19 até o momento. Houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD no primeiro semestre devido à alteração do cenário macroeconômico que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. Esse resultado pode ser verificado na nota explicativa 13 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## **Responsabilidade Socioambiental**

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolu o CMN n  4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto   questão socioambiental na condu o de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às institui es financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federa o Bancária Europeia (EBF) e da Federa o Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamenta o adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma rela o  tica e transparente, da preserva o do meio ambiente para as gera es futuras e o respeito   diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletr nico do sítio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

## **Ouvidoria e Canal de Denúncias**

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.567/17, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constitu o em cumprimento   Resolu o CMN n  4.433/15) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias: <http://societegeneralebrasil.com.br/site/contato-sg-corporate-investment-banking/>

A Administração do Grupo Soci  t   G  n  rale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispens  vel apoio e confian  a depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

S  o Paulo, 10 de mar  o de 2021

Administradores

LUIS FIDEL EMILIANO SAINZ CARRILLO (RESPONS  VEL PELA CONTABILIDADE)  
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD  
EDUARDO YASUDA IRIE  
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos  
Administradores e Acionistas do  
**Banco Société Générale Brasil S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações

complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### **1. Carteira de Câmbio**

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

## 2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

## 3. Obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas

Conforme nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos, assim como pelo alto volume de operações e o Banco utilizar esses recursos para o financiamento de suas operações.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles. Realizamos ainda a circularização das contrapartes, assim como através de uma amostra de obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas, analisamos os contratos existentes, valorização e liquidações realizadas no exercício, bem como se as transações foram realizadas em condições de mercado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para as obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

#### 4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.



## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstra es financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modifica es, em 25 de fevereiro de 2021.

### *Demonstra es do resultado abrangente (DRA)*

As demonstra es do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administra o do Banco, e apresentadas como informa o suplementar às disposi es para elabora o de demonstra es financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamenta es complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a forma o de nossa opinião, avaliamos se essas demonstra es estão conciliadas com as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolu o n  4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolu o n  2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). Em nossa opinião, essas demonstra es do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resolu es e são consistentes em rela o às demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

## **Outras informa es que acompanham as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli  
Contador CRC- 1SP249401/O-4

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Disponibilidades</b>	<b>5</b>	<b>305.839</b>	<b>46.044</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>21.255.901</b>	<b>16.870.931</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.991.288	3.076.057
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	128.309	86.963
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	974.717	586.148
Instrumentos financeiros derivativos	7	260.116	203.404
Relações interfinanceiras		1.464	1.374
Negociação e intermediação de valores	8.a	-	2.139
Carteira de câmbio	11	13.366.637	11.937.629
Operações de crédito - setor privado	9.a	957.009	408.203
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	433.118	320.663
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	10	276.757	381.865
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda	7	(133.514)	(133.514)
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9.g</b>	<b>(35.998)</b>	<b>(27.575)</b>
<b>Créditos tributários</b>	<b>12.a</b>	<b>17.355</b>	<b>13.012</b>
<b>Outros ativos</b>		<b>506.210</b>	<b>579.543</b>
Rendas a receber		518	4.641
Despesas antecipadas	13	1.263	1.635
Diversos	12.a	504.429	573.267
<b>Investimentos</b>		<b>19</b>	<b>19</b>
Outros investimentos		19	19
<b>Ativo imobilizado</b>		<b>4.823</b>	<b>5.211</b>
Imobilizado de uso		16.823	15.782
Depreciações		(12.000)	(10.571)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>		<b>15.144</b>	<b>12.391</b>
Bens arrendados		17.918	12.920
Depreciações acumuladas de arrendamento		(2.774)	(529)
<b>Ativos intangíveis</b>		<b>94</b>	<b>153</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22.069.387</b>	<b>17.499.729</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>20.006.806</b>	<b>15.489.411</b>
Depósitos	16	209.424	83.629
Captações no mercado aberto	17	159.920	57.470
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	1.004.970	390.654
Obrigações por empréstimos e repasses	18	6.315.695	3.299.294
Carteira de câmbio	11	12.262.161	11.599.983
Relações interdependências		23.357	19.962
Negociação e intermediação de valores	8b	31.279	38.419
<b>Provisões</b>		<b>439.950</b>	<b>505.538</b>
Fiscais e previdenciárias	12.b	49.455	109.102
Diversas	12.c	389.696	396.386
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		799	50
<b>Outros passivos</b>		<b>3.736</b>	<b>9.395</b>
Resultado de exercícios futuros	19	3.736	9.395
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>12.b</b>	<b>91.008</b>	<b>48.839</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.527.887</b>	<b>1.446.546</b>
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	27	3.753	2.559
Reserva de lucros		273	227
Outros resultados abrangentes			
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	20.e	(17.514)	(8.337)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	20.f	(734)	1.440
Prejuízos acumulados		(1.414.820)	(1.506.272)
<b>Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>1.527.887</b>	<b>1.446.546</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>22.069.387</b>	<b>17.499.729</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2020		2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(640.088)	1.092.407	959.359
Operações de crédito		40.603	74.104	73.581
Operações de arrendamento mercantil		19.071	49.902	63.610
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		132.972	292.556	584.016
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	(832.734)	675.845	238.152
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		804.465	(815.952)	(628.287)
Operações de captações no mercado		(8.159)	(27.424)	(70.025)
Operações de empréstimos e repasses	18	570.573	(1.314.550)	(422.269)
Resultado de operações com câmbio		238.195	537.239	(149.331)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	10	380	(2.713)	985
Provisão/Reversão para operações de arrendamento mercantil de liqu	10	2.092	(104)	8.590
Provisão/Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	1.384	(8.400)	3.763
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		164.377	276.455	331.072
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(75.127)	(118.647)	(149.757)
Receitas de prestação de serviços		32.121	60.415	29.523
Despesas de pessoal		(55.060)	(105.405)	(133.233)
Outras despesas administrativas	23	(37.123)	(65.399)	(88.902)
Despesas tributárias		(19.852)	(32.048)	(34.103)
Outras receitas operacionais	24	35.976	74.060	123.207
Outras despesas operacionais	25	(31.189)	(50.270)	(46.249)
RESULTADO OPERACIONAL		89.250	157.808	181.315
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3	45	7.875
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		89.253	157.853	189.190
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(52.538)	(63.850)	(75.835)
Provisão para imposto de renda corrente		(14.638)	(15.185)	(53.176)
Provisão para contribuição social corrente		(8.713)	(8.713)	(27.322)
Imposto diferido		(29.187)	(39.952)	4.663
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		(912)	(2.504)	(2.753)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		35.803	91.499	110.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2º semestre	2020	2019
	Nota			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		35.803	91.499	110.602
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>(12.607)</u>	<u>(11.351)</u>	<u>(16.372)</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20 (e)	<u>(6.615)</u>	<u>(9.177)</u>	<u>(17.785)</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(12.026)	(16.684)	(30.905)
Imposto de renda		5.411	7.507	13.120
Hedge de Fluxo de caixa	20 (f)	<u>(5.992)</u>	<u>(2.174)</u>	<u>1.413</u>
Hedge de Fluxo de caixa		(10.895)	(3.954)	2.574
Imposto de renda		4.903	1.780	(1.161)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>398</u>	<u>1.194</u>	<u>265</u>
Plano de Benefícios	27	<u>398</u>	<u>1.194</u>	<u>265</u>
Pagamento baseado em ações		398	1.194	265
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>23.594</u>	<u>81.342</u>	<u>94.495</u>



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	220	-	-	-	220
- Controladas		-	45	-	-	-	45
Reserva legal de controlada	20.d	-	-	227	-	(227)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(16.371)	-	(16.371)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	110.602	110.602
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.272)</u>	<u>1.446.546</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.956.929</u>	<u>2.559</u>	<u>227</u>	<u>(6.897)</u>	<u>(1.506.273)</u>	<u>1.446.545</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	970	-	-	-	970
- Controladas		-	224	-	-	-	224
Reserva legal de controlada	20.d	-	-	46	-	(46)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(11.351)	-	(11.351)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	91.499	91.499
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.753</u>	<u>273</u>	<u>(18.248)</u>	<u>(1.414.820)</u>	<u>1.527.887</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.355</u>	<u>227</u>	<u>(5.641)</u>	<u>(1.450.577)</u>	<u>1.504.293</u>
Plano de pagamento baseado em ações	27						
- Controlador		-	174	-	-	-	174
- Controladas		-	224	-	-	-	224
Reserva legal de controlada	20.d	-	-	46	-	(46)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.e, 20.f	-	-	-	(12.607)	-	(12.607)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	35.803	35.803
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.956.929</u>	<u>3.753</u>	<u>273</u>	<u>(18.248)</u>	<u>(1.414.820)</u>	<u>1.527.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais)

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do semestre	35.803	91.499	110.602
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	(415.633)	1.237.836	(507.119)
Depreciações e amortizações	2.089	3.820	219.602
Superveniência de depreciação	10 23.727	28.644	60.687
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	9 (380)	2.713	(985)
Provisão (reversão) para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10 (2.092)	104	(8.590)
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	9 (1.384)	8.400	(3.763)
Atualização de depósitos judiciais	24 (2.665)	(7.557)	(14.470)
Constituição/reversão de provisão para riscos	14 (ii) (8.287)	(27.711)	(70.530)
Atualização de riscos	14 (ii) (2.413)	4.749	16.939
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	24 (339)	(818)	(1.498)
Impostos diferidos	21 29.187	39.952	(4.663)
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	(507.563)	1.072.067	(471.286)
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	(13.930)	(23.529)	(4.360)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos	80.626	147.159	(208.095)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	20.e, 20.f (12.607)	(11.351)	(16.372)
Provisão para pagamento de plano de ações	27 398	1.194	265
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)	(379.830)	1.329.335	(396.517)
<b>Variação de ativos e obrigações</b>			
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	792.043	(37.703)	1.492.138
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(576.575)	(1.952.259)	6.324.712
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(309.722)	(431.662)	1.253.713
Aumento em operações de arrendamento mercantil	50.255	78.555	(1.150)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	44.178	29.846	19.577
(Aumento) redução em operações de crédito	308.576	(270.191)	310.315
Redução em outros créditos	2.869.249	798.132	5.333.300
Redução em despesa antecipada	-	37	196
Aumento em outros valores e bens	-	-	280
Aumento (redução) em depósitos	141.918	125.795	(349.038)
Aumento (redução) no mercado aberto	305.365	2.295.143	(6.492.530)
Redução em outras obrigações	(1.774.767)	(1.021.578)	(4.863.065)
Impostos pagos	(40.919)	(40.919)	(77.133)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(181.295)	412.191	71.355
Juros pagos/(recebidos) sobre operações	(37.419)	(55.134)	(36.624)
Redução em resultados de exercícios futuros	(6.801)	(5.659)	(1.770)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	412.213	1.291.632	1.095.621
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Alienação de investimentos	-	-	8
Aquisição de imobilizado de uso	(874)	(1.128)	(3.251)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	8
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	-	(4.998)	(84.450)
Alienação de imobilizado de arrendamento	-	-	20.520
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(874)	(6.126)	(67.165)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	110.500	1.074.613	(6.943.476)
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento	110.500	1.074.613	(6.943.476)
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>521.839</b>	<b>2.360.119</b>	<b>(5.915.020)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.217.079</b>	<b>2.378.799</b>	<b>8.293.819</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>5 4.738.918</b>	<b>4.738.918</b>	<b>2.378.799</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstrações financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo alterações tais como a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e comparabilidade com o final do exercício social imediatamente anterior.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12

- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular nº 3.959/2019.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

O Banco avaliou que nos exercícios de 2020 e 2019 não houve resultados não recorrentes relevantes. Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O banco apresentou no exercício de 2020 gastos com a pandemia de COVID 19 sendo que quase a totalidade foram imobilizados com a aquisição de notebooks.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 19 de fevereiro de 2021

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

f.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

ii. Rendas a apropriar

As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de

“Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

#### f.2) Arrendamento Mercantil Operacional

##### i. Arrendamento Operacional a Receber

Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

##### ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

##### iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato.

#### g) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

#### h) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

#### i) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### j) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

#### k) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e

-



l) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

m) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

n) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

o) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

q) Imposto de renda e contribuição social

provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até fevereiro de 2020, considerando a alíquota de 15%. A partir do dia 1º de março de 2020 a alíquota da contribuição foi majorada para 20%, para os Bancos, conforme a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 12 de novembro de 2019. Para as empresas de arrendamento mercantil alíquota da contribuição social prevalece em 15%.

r) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

t) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

u) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   alta administração.

A avaliação de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolução 4.557 que não fazem parte dessas "Demonstrações Financeiras" está disponível no endereço eletr nico [www.sgbrasil.com.br](http://www.sgbrasil.com.br)

## I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

Houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD no semestre devido à alteração do cenário macroeconômico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID 19, que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulamentação local da Resolução 2.682 com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para atender as normas de IFRS na França. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última maior. Neste semestre houve um incremento no valor de R\$ 3.182.

## II. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

### a) Técnicas de mensura o do risco de mercado

#### a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

Dezembro de 2020	1.709
Dezembro de 2019	1.246

#### a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de “Análise de Sensibilidade” é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

#### a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

#### b) Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

#### c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo.

### III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

#### IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

O Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a o mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a o corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de preven o   lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrup o (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a o mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n  3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga o das informa o consolidadas referentes   gestão de riscos,   apura o do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e   apura o do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular n  3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletr nico [www.sgbrasil.com.br](http://www.sgbrasil.com.br), se o Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstra o Financeiras.

#### V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia o de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitora o de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identifica o e avalia o dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados   diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Disponibilidades	305.839	46.044
Aplicações no mercado aberto	4.433.079	2.240.386
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	92.369
Total	<u>4.738.918</u>	<u>2.378.799</u>

## 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2020	A vencer até 3		Total
	meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	4.991.288	-	4.991.288
Total	4.991.288	-	4.991.288

Em 31 de dezembro de 2019	A vencer até 3		Total
	meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.072.946	-	3.072.946
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.111	3.111
Total	3.072.946	3.111	3.076.057

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2020		2019	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	130.412	93.236	243.911	215.704
Títulos para negociação:	93.180	93.236	81.694	81.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.064	6.062	20.647	20.656
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.229	1.233	4.847	4.849
Notas do Tesouro Nacional - NTN	85.887	85.941	56.200	56.233
Títulos disponíveis para venda:	37.232	-	162.217	133.966
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.965	5.968
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	127.336	127.998
Debêntures	37.232	-	28.916	-
Vinculados à prestação de garantias:	870.476	876.276	310.793	323.893
Títulos para negociação:	34.662	35.073	5.219	5.225
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.077	5.078	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.782	6.815	5.219	5.225
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.803	23.180	-	-
Títulos disponíveis para venda:	835.814	841.203	305.574	318.668
Letras do Tesouro Nacional - LTN	768.270	773.650	245.686	258.769
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.557	32.566	25.713	25.724
Cotas de fundos de investimento	34.987	34.987	34.175	34.175
Total	1.000.888	969.512	554.704	539.597

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2020			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.557	32.566	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	768.270	773.650	5.380	(2.421)	2.959
Debêntures	37.232	-	(37.232)	16.754	(20.478)
Total	<u>873.046</u>	<u>841.203</u>	<u>(31.843)</u>	<u>14.329</u>	<u>(17.514)</u>

  

Títulos disponíveis para venda		2019			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.678	31.692	14	(6)	8
Letras do Tesouro Nacional - LTN	373.022	386.767	13.745	(6.185)	7.560
Debêntures	28.916	-	(28.916)	13.012	(15.905)
Total	<u>467.791</u>	<u>452.634</u>	<u>(15.157)</u>	<u>6.821</u>	<u>(8.337)</u>

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. No primeiro semestre de 2019 foi reconhecida uma perda permanente no valor de R\$ 133.514 no resultado. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa da debênture trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste a valor complementar de mercado negativo no patrimônio líquido de imposto de (R\$ 20.477) e em 2019 (R\$ 15.904), reconhecendo o valor da debênture a zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2020			2019		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	128.309	34.987	163.296	86.963	143.009	229.972
A vencer entre 3 e 12 meses	-	32.566	32.566	-	108.167	108.167
A vencer entre 1 e 3 anos	-	426.904	426.904	-	201.458	201.458
A vencer entre 3 e 5 anos	-	346.746	346.746	-	-	-
Total	<u>128.309</u>	<u>841.203</u>	<u>969.512</u>	<u>86.963</u>	<u>452.634</u>	<u>539.597</u>



#### d) Composição por emissor

	2020	2019
Títulos para negociação	128.309	86.963
Públicos	128.309	86.963
Governo Federal	128.309	86.963
Títulos disponíveis para venda	841.203	452.634
Públicos	806.216	418.459
Governo Federal	806.216	418.459
Privado	34.987	34.175
Cotas de fundos de investimentos	34.987	34.175
<b>Total</b>	<b>969.512</b>	<b>539.597</b>

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

#### e.1) “Swap” e NDF

Em 31 de dezembro de 2020

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.457	(169.449)	(175.693)
CDI x EURO	67.627	(30)	632
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(56.349)	(57.365)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	33.072	(12.911)	(12.931)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(61.376)	(61.201)
CDI x PRÉ	919.139	(103.697)	(209.575)
DÓLAR (NDF)	2.367.088	7.634	(6.929)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	30.807	(2.858)	(44)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	1.712	1.508
EURO (NDF)	310.272	8.723	4.117
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(83)	(197)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(116)	(7.299)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	30.807	(37)	(1.188)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	351.370	(84)	(6.258)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	202.331	(1.961)	(11.716)
PRÉ (NDF)	3.984.055	(18.220)	12.463
PRÉ x CDI	720.197	18.584	24.350
PRÉ x DÓLAR	70.756	(25.870)	(23.724)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	20.443	(9.539)	(9.358)
PRÉ X EURO	279.716	(52.740)	(50.188)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	1.301.133	(132.585)	(91.109)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	398.402	(78.511)	(67.477)
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	318.346	(91.349)	1.585
<b>Total</b>	<b>12.683.950</b>	<b>(781.112)</b>	<b>(747.597)</b>

Em 31 de dezembro de 2019

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.458	(16.768)	(27.448)
CDI x EURO	81.301	577	792
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	104.217	(7.686)	(7.832)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	465.000	(66.195)	(64.988)
CDI x PRÉ	761.811	(53.467)	(153.342)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	9.750	(75)	(101)
DÓLAR (NDF)	1.267.985	(21.697)	(28.568)
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	33.110	7.192	7.282
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	36.968	(1.246)	(561)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	(2.134)	(26)
EURO (NDF)	271.207	(5.143)	(5.538)
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(49)	(449)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(57)	(6.001)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	36.968	(26)	(686)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	435.672	(8)	(6.967)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	524.442	(132)	(8.506)
PRÉ (NDF)	1.345.529	6.009	13.782
PRÉ x CDI	764.483	(44)	4.928
PRÉ x DÓLAR	150.682	(9.646)	(1.878)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	19.393	(15.383)	(5.855)
PRÉ X EURO	638.153	23.543	51.334
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	683.000	8.653	22.169
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	234.002	(3.933)	183
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	331.646	600	11.545
YEN (NDF)	946	(20)	(18)
Total	8.949.655	(157.135)	(206.749)

Opções flexíveis	2020		2019	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	9.584	2.781	225.221	16.289
Compra de opção de venda	9.584	(38)	225.221	(16.289)
Venda de opção de compra	-	-	241.920	25.849
Venda de opção de venda	-	-	241.920	(6.350)
	19.168	2.743	934.282	19.499

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	2020	2019
Curto prazo	178.095	110.292
Longo prazo	82.021	93.112
Saldo registrado no ativo:	<u>260.116</u>	<u>203.404</u>
Curto prazo	(389.315)	(132.420)
Longo prazo	(615.655)	(258.234)
Saldo registrado no passivo:	<u>(1.004.970)</u>	<u>(390.654)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>(744.854)</u>	<u>(187.250)</u>

e.2) Mercado futuro

	2020		2019	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	8.005.347	(12.023)	7.959.766	(43.221)
DI	9.260.677	(532)	4.716.257	669
Dólar	7.688.921	(18.724)	5.269.102	4.464
Total	<u>24.954.945</u>	<u>(31.279)</u>	<u>17.945.125</u>	<u>(38.088)</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 751.127 (R\$ 161.799 em 31 dezembro de 2019).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2020

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	368.065	2.061.200	3.018.706	374.564	200.000	6.022.535
NDFs	3.585.719	2.665.591	395.139	14.966	-	6.661.415
Futuros	16.712.100	4.698.708	2.828.982	515.594	199.561	24.954.945
Opções	10.313	8.855	-	-	-	19.168
Total	<u>20.676.197</u>	<u>9.434.354</u>	<u>6.242.827</u>	<u>905.124</u>	<u>399.561</u>	<u>37.658.063</u>

Em 31 de dezembro de 2019

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	365.998	1.656.378	3.538.944	315.781	186.887	6.063.988
NDFs	1.555.735	1.135.455	174.006	14.243	6.228	2.885.667
Futuros	11.891.637	2.487.903	3.196.088	320.821	48.676	17.945.125
Opções	51.367	379.907	503.008	-	-	934.282
Total	<u>13.864.737</u>	<u>5.659.643</u>	<u>7.412.046</u>	<u>650.845</u>	<u>241.791</u>	<u>27.829.062</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 os seguintes resultados:

	2020		2019
	Semestre	Exercício	Exercício
NDF	48.745	97.188	(44.183)
Swap	99.913	(1.140.642)	21.032
Mercado futuro	684.159	1.719.010	261.006
Opções	(83)	289	297
Total	<u>832.734</u>	<u>675.845</u>	<u>238.152</u>

### e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2020		2019	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(131.269)	-	(212.422)	-
DDI	130.309	(93.170)	211.091	(189.926)
DI		84.008	-	166.865
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		1.335		2.619
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(601)		(1.180)
Valor líquido de impostos (nota 19.f)		734		1.440

#### e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2020	2019
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Saldo	34.987	34.175

## 8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

### a) Ativo – Outros créditos

	2020	2019
<u>Operação:</u>		
Swap	-	2.139
Total	-	2.139

### b) Passivo – Outras obrigações

	2020	2019
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	31.279	38.088
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	-	331
Total	31.279	38.419

## 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Tipo de operação:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos e títulos descontados	383.544	68.977
Financiamentos	<u>573.465</u>	<u>339.226</u>
Total das operações de crédito	<u>957.009</u>	<u>408.203</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	818.694	463.895
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	19.048	14.577
Outros créditos	<u>433.118</u>	<u>320.663</u>
Total de outros créditos	<u>1.270.860</u>	<u>799.135</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>276.757</u>	<u>381.865</u>
Total do risco da carteira	<u><u>2.504.626</u></u>	<u><u>1.589.203</u></u>

### b) Diversificação por atividade:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Setor privado:		
Indústria	1.410.387	895.377
Comércio	472.261	370.839
Instituições financeiras	98.965	121.743
Pessoas físicas	111	85
Prestação de serviços	345.210	42.800
Outros serviços	177.692	155.700
Setor público		
Governo federal	-	2.659
Total	<u>2.504.626</u>	<u>1.589.203</u>

### c) Vencimento:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	1.066	0,04	5.290	0,33
A vencer até 3 meses	740.945	29,58	108.501	6,84
A vencer de 3 a 12 meses	1.017.765	40,64	949.625	59,75
A vencer de 1 a 3 anos	596.243	23,81	426.199	26,82
A vencer de 3 a 5 anos	147.908	5,91	99.528	6,26
A vencer de 5 a 15 anos	699	0,03	60	0,00
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-
Total	<u>2.504.626</u>	<u>100,00</u>	<u>1.589.203</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2020		2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	338.678	13,52	226.652	14,26
10 seguintes maiores devedores	1.397.526	55,80	903.583	56,86
20 seguintes maiores devedores	501.504	20,02	257.600	16,21
50 seguintes maiores devedores	179.740	7,18	134.283	8,45
100 seguintes maiores devedores	82.450	3,29	62.731	3,95
Demais devedores	4.728	0,19	4.354	0,27
<b>Total</b>	<b>2.504.626</b>	<b>100,00</b>	<b>1.589.203</b>	<b>100,00</b>

e) Nível de risco:

Nível	%	2020			2019		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.344.104	-	1.344.104	636.200	32	636.232
A	0,50%	441.402	-	441.402	458.371	-	458.371
B	1,00%	287.506	1.022	288.528	461.430	33	461.463
C	3,00%	416.734	16	416.750	17.250	1.271	18.521
D	10,00%	519	-	519	-	-	-
E	30,00%	282	28	310	71	31	102
F	50,00%	4.941	-	4.941	4.088	18	4.106
G	70,00%	1.391	-	1.391	186	1.985	2.171
H	100,00%	14.814	-	14.814	14.588	1.920	16.508
		<b>2.511.693</b>	<b>1.066</b>	<b>2.512.759</b>	<b>1.592.184</b>	<b>5.290</b>	<b>1.597.474</b>

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2020		2019	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.344.104	-	636.232	-
A	441.402	2.207	458.370	2.292
B	288.528	2.886	461.463	4.615
C	416.750	12.502	18.521	556
D	519	52	-	-
E	310	93	102	31
F	4.941	2.470	4.106	2.053
G	1.391	974	2.171	1.520
H	14.814	14.814	16.508	16.508
Provisão mínima	<b>2.512.759</b>	<b>35.998</b>	<b>1.597.473</b>	<b>27.575</b>
Provisão adicional (*)		<b>2.961</b>		<b>189</b>
<b>Total</b>		<b>38.959</b>		<b>27.764</b>

(\*) O valor de provisão adicional é referente ao ajuste de IFRS 9 calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associados ao risco de crédito

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	27.575	44.666
Constituição (Reversão)	8.445	(13.527)
Baixas	(22)	(3.564)
Saldo final	<u>35.998</u>	<u>27.575</u>
Constituição (Reversão)		
Adicional IFRS 9	2.772	189
Curto prazo	21.735	12.078
Longo prazo	14.263	15.497

O aumento da despesa de PDD no semestre ocorreu devido à alteração do cenário macroeconômico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID19, com o “downgrade” do rating da carteira de crédito impactando o provisionamento para liquidação duvidosa.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Arrendamentos a receber	295.251	409.162
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(295.168)	(407.309)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 10e)	188.238	269.253
Superveniência de depreciação (notas 10e)	81.636	110.279
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 10e)	30.350	30.808
Credores por antecipação de valor residual	<u>(23.550)</u>	<u>(30.328)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>276.757</u>	<u>381.865</u>



b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidas até 14 dias	23	0,0%	238	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	69	0,0%	3.886	0,01%
A vencer até 3 meses	69.505	25,1%	63.673	16,7%
A vencer de 3 a 12 meses	86.607	31,3%	139.698	36,6%
A vencer de 1 a 3 anos	94.695	34,2%	158.703	41,5%
A vencer de 3 a 5 anos	25.158	9,1%	15.607	4,1%
A vencer de 5 a 15 anos	<u>699</u>	<u>0,3%</u>	<u>60</u>	<u>0,0%</u>
Total	<u>276.757</u>	<u>100,0%</u>	<u>381.865</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição de valor presente do arrendamento financeiro por atividade

	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
<u>Setor Privado</u>				
Indústria	42.442	15,3%	52.090	13,6%
Comércio	58.227	21,0%	93.132	24,4%
Instituição Financeira	78.118	28,2%	98.522	25,8%
Outros Serviços	97.970	35,4%	135.462	35,5%
<u>Setor Público</u>				
Outros Serviços	-	0,0%	2.659	0,7%
Total	<u>276.757</u>	<u>100,0%</u>	<u>381.865</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Principal devedor	41.070	96.320
10 seguintes maiores devedores	157.884	192.992
20 seguintes maiores devedores	42.773	49.289
50 seguintes maiores devedores	29.941	35.351
100 seguintes maiores devedores	<u>5.089</u>	<u>7.913</u>
Total	<u>276.757</u>	<u>381.865</u>

e) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	Taxa anual de Depreciação (%)	31.12.2020	31.12.2019
Máquinas e equipamentos	14,29%	485.948	524.986
Equipamentos de informática	28,57%	195.583	233.432
Veículos e afins	28,57%	10.152	10.152
Aeronaves	28,57%	28.723	47.337
Depreciação acumulada		<u>(532.169)</u>	<u>(546.654)</u>
Total		<u>188.238</u>	<u>269.253</u>
Superveniência de depreciação (nota 9a)		81.636	110.279
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (notas 3i e 9a)		30.352	30.808

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	31.12.2020	31.12.2019
Arrendamentos a receber - setor privado	8.133	8.270
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(8.133)</u>	<u>(8.270)</u>
Total	<u>=</u>	<u>=</u>
Imobilizado de arrendamento operacional líquido de depreciação	<u>15.144</u>	<u>12.391</u>

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

Prazo	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	%	Valor	%
A vencer até 3 meses	1.738	21,4%	1.262	15,3%
A vencer de 3 a 12 meses	3.864	47,5%	3.250	39,3%
A vencer 1 a 3 anos	<u>2.531</u>	<u>31,1%</u>	<u>3.758</u>	<u>45,4%</u>
Total	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado				
Outros serviços	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>
Total	<u>8.133</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>

## RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receita de arrendamento	111.727	231.823	338.571
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(23.727)	(28.644)	(58.424)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(62.697)	(131.955)	(188.771)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>(6.231)</u>	<u>(21.323)</u>	<u>(27.768)</u>
Total	<u>19.072</u>	<u>49.901</u>	<u>63.608</u>

## PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	31.12.2020				31.12.2019			
		Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	31.858	-	31.858	-	52.972	32	53.004	-
A	0,5%	111.539	-	111.539	558	235.095	-	235.095	1.175
B	1,0%	84.812	48	84.860	849	75.354	33	75.387	754
C	3,0%	40.501	16	40.518	1.215	10.515	174	10.689	321
D	10,0%	519	-	519	52	-	-	-	-
E	30,0%	282	28	310	93	71	31	102	31
F	50,0%	4.941	-	4.941	2.470	4.088	-	4.088	2.044
G	70,0%	113	-	113	79	186	1.985	2.171	1.520
H	100,0%	<u>10.233</u>	-	<u>10.233</u>	<u>10.233</u>	<u>7.730</u>	<u>1.870</u>	<u>9.600</u>	<u>9.600</u>
Total		<u>284.798</u>	<u>92</u>	<u>284.891</u>	<u>15.549</u>	<u>386.011</u>	<u>4.124</u>	<u>390.135</u>	<u>15.445</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de arrendamento mercantil:

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo Inicial	17.641	15.445	27.479
(Reversão) / Constituição	(2.092)	104	(8.590)
Créditos baixados para prejuízo	-	-	<u>(3.444)</u>
Saldo final	<u>15.549</u>	<u>15.549</u>	<u>15.445</u>
Curto prazo		8.776	7.843
Longo prazo		6.773	7.602

## 11. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2020	2019
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	7.513.374	6.284.929
Direitos sobre venda de câmbio	5.834.215	5.638.312
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(189)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	19.048	14.577
Total	<u>13.366.637</u>	<u>11.937.629</u>
Curto prazo	10.113.769	9.095.032
Longo prazo	3.252.868	2.842.597
Total	<u>13.366.637</u>	<u>11.937.629</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	6.450.979	5.861.550
Obrigações por compra de câmbio	6.629.876	6.202.328
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(818.694)	(463.895)
Total	<u>12.262.161</u>	<u>11.599.983</u>
Curto prazo	9.095.735	8.657.114
Longo prazo	3.166.426	2.942.869
Total	<u>12.262.161</u>	<u>11.599.983</u>

## 12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Outros créditos – diversos:

	2020	2019
Adiantamentos e antecipações salariais	573	363
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 c)	17.355	13.012
Devedores por depósitos em garantia (*)	432.165	438.676
Impostos e contribuições a compensar	66.500	118.956
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22)	2	2
Devedores diversos no exterior (**) ne. 22	4.079	13.996
Outros	1.110	1.274
Total	<u>521.784</u>	<u>586.279</u>
Curto prazo	75.138	100.892
Longo Prazo	446.646	485.387
Total	<u>521.784</u>	<u>586.279</u>

(\*) Refere-se, principalmente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 61.407 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 60.485 em 31 de dezembro de 2019), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 39.554 (R\$ 38.723 em 2019), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 144.017 (R\$ 140.111 em 2019),

processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 46.832 (R\$ 58.419 em 2019) e processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 106.121 (R\$ 104.607 em 2019).

(\*\*) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 22).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2020	2019
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	23.897	77.133
Impostos e contribuições a recolher	5.149	4.398
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21 e)	111.417	76.410
Total	<u>140.463</u>	<u>157.941</u>
Curto prazo	84.370	93.685
Longo prazo	56.093	64.256
Total	<u>140.463</u>	<u>157.941</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2020	2019
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14. i)	208.323	200.633
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14. i)	54.151	87.070
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14. i)	26.198	24.101
Provisão com despesas de pessoal	22.714	18.670
Provisão para despesas de publicação	209	167
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.171	1.399
Provisão para pagamentos a fornecedores de bens objeto de arrendamento	-	531
Provisão para despesas de advogados	101	56
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21 a)	20.123	16.573
Provisão para despesas de auditoria	-	126
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	145	73
Fundo de reserva de financiamento	52.182	40.561
Fundo garantidor de crédito	14	25
Dividendos a pagar	-	4.307
Provisão adicional	2.962	189
Outras	710	1.212
Total	<u>389.696</u>	<u>396.386</u>
Curto prazo	88.810	70.043
Longo prazo	300.886	326.343
Total	<u>389.696</u>	<u>396.386</u>

(\*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2020 R\$ 304.237 (R\$ 147.608 em 31 de dezembro de 2019).

### 13. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de intermediação	1.263	1.635
Total	<u>1.263</u>	<u>1.635</u>
Curto prazo	691	754
Longo prazo	<u>572</u>	<u>881</u>
Total	<u>1.263</u>	<u>1.635</u>

(\*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

### 14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

#### i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	208.323	200.633
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	54.151	87.070
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	<u>26.198</u>	<u>24.101</u>
Total	<u>288.672</u>	<u>311.804</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	200.633	87.070	24.101	311.804
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	5.585	-	2.904	8.489
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(935)	(34.236)	(1.029)	(36.200)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	3.040	1.317	222	4.579
Saldo final	<u>208.323</u>	<u>54.151</u>	<u>26.198</u>	<u>288.672</u>

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 12 a)	391.386	32.265	8.514	432.165
---	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	194.314	143.038	28.043	365.395
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	-	1.354	1.942	3.296
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	-	(67.731)	(6.095)	(73.826)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	6.319	10.409	211	16.939
Saldo final	<u>200.633</u>	<u>87.070</u>	<u>24.101</u>	<u>311.804</u>

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 12 a)	382.586	47.618	8.472	438.676
---	---------	--------	-------	---------

(\*) Nota explicativa nº 24. Em riscos trabalhistas, houveram reversões de provisões de aproximadamente R\$ 33.000 em 2020 e de R\$ 65.000 em 2019, proveniente de acordos e decisões referente a processos oriundos da incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	208.323	208.323	55.556	54.151	26.198	26.198
Perdas possíveis (b)	283.768	-	193.407	-	3.274	-
Perdas remotas	42.206	-	2.233	-	500	-
Total	534.297	208.323	251.196	54.151	29.972	26.198

Em 31 de dezembro de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	200.633	200.633	109.166	87.070	24.101	24.101
Perdas possíveis (b)	282.393	-	339.618	-	3.903	-
Perdas remotas	59.210	-	27.608	-	4.497	-
Total	542.236	200.633	476.392	87.070	32.501	24.101

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 911 (R\$ 908 em 2019).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 129.810 (R\$ 126.273 em 2019);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 43.901 (R\$ 43.615 em 2019);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 8.703 (R\$ 8.647 em 2019)
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2020 é de R\$ 19.432 (R\$ 18.745 em 2019).



(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 39.554 (R\$ 38.723 em 2019);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 52.282 (R\$ 51.458 em 2019)
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 127.218, (R\$ 124.590 em 2019);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 31.836 (R\$ 31.402 em 2019)

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

## 15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

### SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil

Informações das controladas:	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Capital social	134.398	134.398
Ordinárias	2.448.501	2.448.501
Preferenciais	2.448.501	2.448.501
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	136.001	135.119
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	920	19.384
 Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	135.119	119.419
Distribuição de dividendos	(262)	(4.307)
Resultado de equivalência patrimonial	920	19.961
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	<u>224</u>	<u>46</u>
Saldos no final do exercício	<u><u>136.001</u></u>	<u><u>135.119</u></u>

## 16. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sem vencimento	32.717	5.965	-	-	32.717	5.965
Até 3 meses	-	-	1.716	60	1.716	60
De 3 meses a 1 ano	-	-	124.143	72.718	124.143	72.718
De 1 a 3 anos	-	-	50.847	4.886	50.848	4.886
<b>Total</b>	<b>32.717</b>	<b>5.965</b>	<b>176.706</b>	<b>77.664</b>	<b>209.424</b>	<b>83.629</b>

## 17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 mês	Total
Carteira própria	150.011	-	150.011
Carteira de livre movimentação	6.369	3.540	9.909
<b>Total</b>	<b>156.380</b>	<b>3.540</b>	<b>159.920</b>

Em 31 de dezembro de 2019

	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 mês	Total
Carteira de terceiros	24.996	-	24.996
Carteira de livre movimentação	32.474	-	32.474
<b>Total</b>	<b>57.470</b>	<b>-</b>	<b>57.470</b>

## 18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2020		2019		
	Exercício Patrimonial	2º semestre Resultado	Exercício Resultado	Exercício Patrimonial	Exercício Resultado
Empréstimos:					
Obrigações por empréstimos no País	946	(299)	(599)	3.126	(546)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	825.876	286.371	74.733	455.356	(25.270)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	4.219.599	321.521	(1.079.396)	2.214.619	(369.508)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.269.274	(37.017)	(309.280)	626.007	(26.871)
<b>Subtotal</b>	<b>6.315.695</b>	<b>570.576</b>	<b>(1.314.542)</b>	<b>3.299.108</b>	<b>(422.195)</b>
Repasse do País					
Finame	-	-	(3)	186	(26)
Repasse do exterior					
Obrigações por repasse no exterior (d)	-	(3)	(5)	-	(48)
<b>Total</b>	<b>6.315.695</b>	<b>570.573</b>	<b>(1.314.550)</b>	<b>3.299.294</b>	<b>(422.269)</b>
Curto prazo	6.146.098			2.987.794	
Longo prazo	169.597			311.500	
<b>Total</b>	<b>6.315.695</b>			<b>3.299.294</b>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2021 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de

exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 5,50% ao ano (3,31% em 2019).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2021, sujeitos à variação cambial e juros de até 5,19% ao ano em 2020 (3,25% ao ano em 2019).

(c) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2021, sujeitos à variação cambial e juros de até 6,25% ao ano em 2020 (3,93% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável em R\$ 7.971 (favorável de R\$ 4.343 em 2019)

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   variação cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

## 19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2020	2019
Descontos obtidos a diferir (*)	2.006	5.235
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.174	1.760
Comissão de Indicação (Estruturação)	556	2.400
Total	<u>3.736</u>	<u>9.395</u>

(\*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2020	2019
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

### b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral

Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 262(R\$ 4.307 em 2019) que serão pagos no primeiro semestre de 2021.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2020 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2020		2019
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	(10.899)	(8.337)	9.448
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(12.026)	(16.684)	(30.905)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	5.411	7.507	13.120
Saldo no final do exercício (nota explicativa 7b)	<u>(17.514)</u>	<u>(17.514)</u>	<u>(8.337)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

	2020		2019
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	5.258	1.440	27
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(10.895)	(3.954)	2.574
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	4.903	1.780	(1.161)
Saldo no final do período (nota explicativa 7 e.3)	<u>(734)</u>	<u>(734)</u>	<u>1.440</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	155.349	186.437	155.349	186.437
Alíquota vigente	25%	25%	20 e 15% (*)	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(38.837)	(46.610)	(31.132)	(27.966)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(2.613)	(1.445)	(2.090)	(867)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(7.051)	(19.676)	(5.640)	(11.805)
-Incentivo fiscal	(82)	(528)	(65)	(311)
-Outras despesas não dedutíveis	(2.411)	(1.718)	(2.486)	(2.543)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	5.782	13.397	4.623	8.037
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	37.115	(11.989)	29.738	(7.194)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(227)	(56)	(171)	(34)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(2.099)	42.637	(1.676)	25.582
-Provisão para publicação de balanço	(10)	9	(6)	6
-Provisão Impairment de Ativo	-	(33.379)	-	(20.027)
-Provisão para Transfer Price Agreements	(189)	1.608	(151)	964
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	1.843	3.689	1.474	2.213
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(814)	152	(641)	89
-Honorários advocatícios	(12)	106	(9)	63
-Provisão Garantias	(711)	(34)	(569)	(20)
-Outras diferenças temporárias	(7.040)	(14.576)	88	18
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	2.171	17.601	-	7.474
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(15.185)	(50.812)	(8.713)	(26.321)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(19.012)	11.484	(20.940)	(6.821)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	(2.364)	-	(1.001)
Total de imposto de renda e contribuição social	(34.197)	(41.692)	(29.653)	(34.143)

(\*) provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até fevereiro de 2020, considerando a alíquota de 15%. A partir do dia 1º de março de 2020 a alíquota da contribuição foi majorada para 20%, para os Bancos, conforme a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 12 de novembro de 2019. Para as empresas de arrendamento mercantil alíquota da contribuição social prevalece em 15%

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 54.904 (R\$ 63.591 em dezembro 2019) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 519.451 (R\$ 578.286 em 2019) , sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e 15% referente a Societe Generale Equipment Finance) diferidos no montante de R\$ 245.644 (R\$ 274.359 em 2019) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	38.567	28.916
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	38.567	28.916
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	<u>38.567</u>	<u>28.916</u>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	<u>9.642</u>	<u>7.229</u>

Ativo - Contribuição social

TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	38.567	28.916
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	38.567	28.916
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	<u>38.567</u>	<u>28.916</u>
Alíquota de contribuição social (*)	20%	20%
Crédito tributário constituído	<u>7.713</u>	<u>5.783</u>

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 12 a)

<u>17.355</u>	<u>13.012</u>
---------------	---------------

(\*) Em dezembro de 2019 foi considerada a alíquota vigente no momento da realização dos créditos tributários, em adequação a emenda constitucional nº113.

d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	13.012	-
Adições	4.343	13.012
Saldo final	<u>17.355</u>	<u>13.012</u>

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2020	2019
Saldo inicial	76.410	80.020
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	43.797	-
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(1.179)	1.161
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	(3.766)	(108)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	3.316	10.509
Realização de superveniência de depreciação	(7.161)	(15.172)
Saldo final (Nota explicativa nº 12 b)	111.417	76.410

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Valor contábil		
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos		
Ano	2020	2019
2021	601	-
2040	16.754	13.012
Total	17.355	13.012

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 4.320 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.787 em 2019).



## 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2020	2019	2020	2019
<b>Société Générale - Nova York:</b>				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	191.829	24.151	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(536.007)	(42.854)	(15.105)	(12.177)
<b>Société Générale - Paris:</b>				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	101.957	20.194	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	4.079	13.996	6.223	19.449
Credores diversos no exterior (**)	(20.123)	(16.573)	(54)	(75)
Obrigações em moeda estrangeira	(4.219.599)	(2.214.619)	(23.164)	(473.952)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.221.970)	(512.275)	(12.450)	(126.126)
<b>Sogener Administração e Serviços Ltda.</b>				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	19
Depósitos à vista	(12)	(18)	-	-
Depósitos a prazo	(2.771)	(2.713)	(76)	(157)
<b>Ald Automotive Ltda.</b>				
Depósitos à vista	(826)	(26)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(269.324)	38.937	81.981	94.192
<b>Pascal FIM investimento no exterior</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	39.472	(62.958)	61.499	(28.631)
<b>Saint Germain fundo de investimento multimercado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	26.036	22.756	(13.703)	45.958
<b>Resumo por conta:</b>				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	293.786	44.345	-	-
Depósitos à vista	(838)	(44)	-	-
Depósitos a prazo	(2.771)	(2.713)	(76)	(157)
Devedores diversos no exterior (*)	4.079	13.996	6.223	19.449
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	19
Obrigações em moeda estrangeira	(4.219.599)	(2.214.619)	(23.164)	(473.952)
Credores diversos no exterior (**)	(20.123)	(16.573)	(54)	(75)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.757.977)	(555.129)	(27.555)	(138.303)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(269.324)	38.937	81.981	94.192
Instrumentos financeiros derivativos	65.508	(40.202)	47.796	17.327

(\*) Nota explicativa nº 12 a

(\*\*) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proventos	6.343	6.154
Contribuição ao INSS	1.388	1.357
Total	<u>7.731</u>	<u>7.511</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2020	2019
Despesas de água, energia e gás	35	85	69
Despesas de material	362	446	116
Despesas de serviços técnicos especializados	7.641	13.154	13.043
Despesas de processamento de dados	4.172	8.120	7.740
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.713	13.540	14.823
Despesas de aluguéis	1.827	3.787	3.718
Despesas de serviços de terceiros	5.316	6.820	17.031
Despesas de manutenção e conservação de bens	388	677	785
Despesas de comunicações	596	1.189	1.298
Despesas de contribuições filantrópicas	670	1.190	2.961
Despesas de serviços de vigilância e segurança	70	140	133
Despesas de arrendamento	39	83	36
Despesas de seguros	236	258	193
Despesas com entidades de classe	485	996	937
Despesas de propaganda e publicidade	74	144	124
Despesas de publicações	58	170	138
Despesas de transportes	217	310	350
Despesas de promoções e relações públicas	194	223	720
Despesas de viagem	21	213	1.131
Despesas de depreciação e amortização	806	1.576	1.377
Despesas com custas judiciais	3.303	6.464	16.045
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	3	6	5
Despesas com consultoria jurídica	1.485	2.933	4.434
Provisão de despesas com a matriz	1.981	1.981	-
Outras desp adm	431	894	1.695
<b>Total</b>	<b>37.123</b>	<b>65.399</b>	<b>88.902</b>

## 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de despesas da matriz	14.836	20.484	19.449
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	-	935	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	13.086	34.236	67.731
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	611	1.029	6.095
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	339	818	1.498
Atualização de depósitos judiciais	2.665	7.557	14.470
Atualização de depósitos trabalhistas	247	839	2.377
Atualização de depósitos cíveis	72	189	378
Atualização de contingências fiscais	48	137	277
Juros e multas	599	1.788	919
Reversão de provisão despesas de publicação	27	62	66
Reversão de provisão para pagamento de PPR	29	1.585	2.180
Receitas pós incorporação de controlada	2.355	2.940	2.052
Prestação de serviços no exterior	-	-	1.280
Levantamento depósitos judiciais	10	10	773
Variação cambial	607	663	538
Remuneração de serviços prestados	-	-	24
Rateio de serviços do exterior	-	16	-
Receita sobre depósito judicial	4	42	19
Reversão de garantias prestadas	44	193	120
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	47	47	2.330
Outras rec operacionais	350	490	631
Total	<u>35.976</u>	<u>74.060</u>	<u>123.207</u>

## 25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de despesas com a matriz	22.750	26.817	14.376
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	4.010	5.585	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	1.077	3.040	6.319
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	-	-	1.354
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	110	1.317	10.409
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	1.400	2.904	1.942
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	149	222	211
Provisão para pagamento de gratificação	912	1.779	2.753
Provisão para despesas com publicação	41	83	103
Descontos concedidos	26	137	56
Variação cambial	12	7.286	8.251
Provisão para Garantias prestadas	143	264	64
Provisão para serviços técnicos especializados	146	207	-
Outras	413	629	411
<b>Total</b>	<b>31.189</b>	<b>50.270</b>	<b>46.249</b>

## 26. LIMITES OPERACIONAIS

### Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - definem a Parcela de RWA;
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWacom) e Câmbio (RWacam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

### Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2020	2019
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.527.794	1.446.392
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	343.783	280.060
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	66.828	15.171
<b>Valor da margem</b>		<b>1.117.183</b>	<b>1.151.161</b>

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2020		2019	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	261.088	17%	174.353	12%
RWACAM	9.606	1%	10.277	1%
RWAJUR1	12.518	1%	43.978	3%
RWAJUR2	21.094	1%	11.048	1%
RWAJUR3	1.121	0%	1.203	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	38.356	3%	39.200	3%

• Extrapolação

	2020	2019
Índice alcançado	35,55%	41,32%

## 27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e movimenta o em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2020	2019
Plano de a�es livres	3.753	2.559
Total	3.753	2.559
Saldo no início do período	2.559	2.294
Constitui�o	1.194	265
Saldo no fim do período	3.753	2.559

## 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 852 (R\$ 871 em 2019) e pelos funcionários R\$ 1.082 (R\$ 1.051 em 2019).

## 29. RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2020		2019
	Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido	35.803	91.499	110.602
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação			
Quantidade média de ações			
Ordinárias	508.474	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)			
Ordinárias	0,04	0,09	0,11
Preferenciais	0,04	0,09	0,11
Lucro atribuído por classe de ação			
Ordinárias	17.902	45.750	55.301
Preferenciais	17.902	45.750	55.301